

Renegociação da dívida tem prazo

BRASÍLIA — A renegociação da dívida externa com os bancos credores deverá estar concluída até a primeira quinzena de outubro, informou ontem o porta-voz da Presidência, Frota Neto, acrescentando que no final de agosto seguirá para os Estados Unidos uma missão preliminar do segundo escalão do governo, para preparar os entendimentos que começarão, efetivamente, em setembro. A proposta do governo começa a ser elaborada pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Frota Neto disse que o governo aceita um acordo com o FMI, desde que ele concorde com duas cláusulas consideradas essenciais pelo presidente José Sarney: o não monitoramento da economia e respeito à necessidade de crescimento do país. "São essas duas condições políticas

que impedem o acordo. O governo sabe que as condições de empréstimos do FMI são mais vantajosas que as dos bancos privados", disse.

Relatório — O presidente José Sarney, após ouvir do ministro Bresser durante uma hora em seu gabinete, o relatório sobre os contatos que manteve nos Estados Unidos, considerou "muito boas" as perspectivas para o Brasil. Através de seu porta-voz, ele disse que o ambiente junto aos credores está bastante favorável. "Os credores encontraram coerência nas metas do governo".

Segundo Frota Neto, o governo começará a elaborar sua proposta de negociação que, se for aceita, contribuirá para a suspensão da moratória, além de marcar o início de um acordo com o FMI.

"O governo não pode suspender a moratória sem a definição de um acordo com os bancos privados. Ela foi adotada atendendo a uma necessidade interna do país". A proposta do governo, segundo ele, será a mesma para os mais de 700 bancos credores, para os quais o Brasil deve cerca de US\$ 67 bilhões. O restante da dívida foi contraída em organismos internacionais.

A preocupação do governo em concluir a renegociação da dívida com os bancos, até a primeira quinzena de outubro, é para atender a uma necessidade dos próprios credores. Se não houver nenhum pagamento dos juros devidos pelo Brasil até o dia 20 de outubro, alguns bancos serão obrigados a considerar o país inadimplente e contabilizar o empréstimo como prejuízo. ♦♦